

Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - Fundação OSESP

CNPJ nº 07.495.643/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					
ATIVO	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	15.187	18.457	Fornecedores e prestadores de serviços (nota 11)	909	566
Recursos financeiros de projetos - restritos (nota 6)	5.537	494	Contratos de prestação de serviço	6.824	406
Contas a receber (nota 7)	10.408	15.820	Obrigações sociais e tributos (nota 12)	2.033	1.955
Adiantamentos a fornecedores e empregados (nota 8)	4.569	1.822	Provisão de férias, 13º salário e encargos sociais	2.969	3.753
Despesas antecipadas	26	29	Adiantamentos de clientes e assinaturas (nota 13)	6.214	7.271
	35.727	36.622	Recursos de lei de incentivos fiscais (nota 14)	10.050	12.046
			Outras contas a pagar	147	153
				29.146	26.150
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (nota 15)	16.295	33.263
Aplicações financeiras vinculadas (nota 9)	62.712	68.345		45.440	59.413
Imobilizado (nota 10)	3.081	3.403			
Intangível	100	106			
	65.893	71.854			
Total do ativo	101.621	108.476	Total do passivo e patrimônio líquido	101.621	108.476

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
	2015	2014
Receitas das atividades		
Recursos de órgão do governo		
- Contrato de gestão (nota 2)	36.264	55.650
Projetos incentivados (nota 14)	12.746	15.320
Doações e patrocínios	5.842	4.449
Venda de ingressos e assinaturas	8.949	8.023
Locação para eventos	6.356	6.579
Financeiras	12.524	9.253
Recuperação de créditos, despesas ou custos (nota 15)	20.541	595
Outras receitas	2.924	2.470
	106.145	102.339
Despesas das atividades		
Com pessoal (nota 18)	(53.122)	(52.745)
Custos de apresentações (nota 19)	(19.547)	(23.168)
Gerais e administrativas (nota 20)	(12.495)	(10.761)
Divulgação e comercialização (nota 21)	(7.332)	(6.089)
Depreciação e amortização	(852)	(839)
Impostos, taxas e contribuições	(2.360)	(3.440)
Financeiras	(3.570)	(3.285)
	(99.278)	(100.327)
Superávit em 31 de dezembro	6.867	2.012

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2015	2014
Superávit do período	6.867	2.012
Ajustes		
Receitas diferidas convertidas em resultado	(12.046)	(13.173)
Depreciação e amortização	852	839
Provisão para contingências - Adições	4.174	4.829
Provisão para contingências - Reversão	(19.716)	(563)
Variações monetárias sobre provisão para contingências	1.249	2.269
	(18.620)	(3.786)

(Aumento) redução nos ativos		
Recursos financeiros de projetos - Restritos	5.006	15.392
Contas a receber	5.421	(245)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(2.747)	(656)
Aplicações financeiras vinculadas	(5.633)	(8.944)
Outros ativos	3	(4)

Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços	343	(2.999)
Obrigações sociais e tributos	(78)	349
Provisão de férias, 13º salário e encargos sociais	(785)	615
Adiantamento de clientes e assinaturas	(649)	363
Depósitos judiciais do período	(1.925)	(1.773)
Outras contas a pagar	(5.495)	(169)
	(2.746)	(1.857)

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(471)	(1.042)
Aquisição de bens do ativo intangível	(53)	(9)
	(524)	(1.051)

Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.457	21.365
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.187	18.457

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

tras relacionadas a atividade. A receita decorrente do Contrato de Gestão 01/2015, assim como a receita de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, recebida na forma de ativo monetário, acrescida dos rendimentos da aplicação financeira dos valores recebidos, são reconhecidas no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto. As despesas e as demais receitas são reconhecidas, também, por regime de competência. A Fundação não remunera seus conselheiros, e em cumprimento à ITG 2002 (R1), de agosto de 2015, para efeito de demonstração, a Fundação OSESP reconheceu como receita de voluntários, em 2015, o valor de R\$ 894 atribuído aos serviços desempenhados pelos membros do Conselho Fiscal e de Administração, calculado com base nos parâmetros estabelecidos pela 5ª edição da pesquisa "Remuneração dos Administradores" realizada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o que se aproxima ao valor justo, tendo como contrapartida o resultado do exercício. **(d) Caixa e equivalentes de caixa restritos:** Compreendem depósitos bancários restritos, de projetos incentivados, demonstrados ao custo e atualizados monetariamente pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não sendo superior ao seu valor de mercado. **(e) Instrumentos financeiros:** A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(f) Mensurados ao valor justo através do resultado (superávit):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (*superávit*) são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do *superávit* afetada pela referida operação. **(i) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixados ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Fundação compreendem as contas a receber e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Em 2015 e 2014, a Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge*, *swap*, contratos a termo e outras). **(g) Contas a receber:** As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor original e deduzidas da provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 administração da Fundação não constituiu provisão para créditos de realização duvidosa por não existirem créditos considerados como não recuperáveis. O prazo médio de recebimento é inferior a 90 dias e não foram identificados saldos e transações relevantes para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável. **(h) Demais ativos circulante e não circulante:** Os saldos das aplicações financeiras vinculadas às reservas sobre provisões e aos fundos de capital e de reserva operacional estão classificados no ativo não circulante. Os demais ativos estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. **(i) Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição deduzido das depreciações calculadas pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 10. **(j) Intangível:** O ativo intangível é composto basicamente por programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pela taxa de 20% a.a. **(k) Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis de vida útil definida, são revistos sempre que há indícios de perda de valor de mercado ou ativo em uso. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					
	Patrimônio social	Fundo de capital	Fundo de reserva operacional	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2013	7.423	28.625	2.277	8.726	47.051
Superávit do exercício	-	-	-	2.102	2.102
Destinação do superávit acumulado					
Incorporação ao fundo de capital - Aumento conforme contrato de gestão - 3% (nota 16 (b))	-	839	-	(839)	-
Incorporação ao fundo de capital - Rendimentos sobre saldo do fundo (nota 16 (b))	-	3.176	-	(3.176)	-
Incorporação ao fundo de reserva operacional (nota 16 (c))	-	-	247	(247)	-
	7.423	32.640	2.524	6.477	49.063
Em 31 de dezembro de 2014					
Superávit do exercício	-	-	-	6.867	6.867
Realização de reserva operacional (nota 16 (c))	-	-	(2.705)	2.705	-
Doações recebidas	-	250	-	-	250
Destinação do superávit acumulado					
Incorporação ao fundo de capital (nota 16 (b))	-	10.317	-	(10.317)	-
Incorporação ao fundo de capital - Aumento conforme contrato de gestão - 3% (nota 16(b))	-	880	-	(880)	-
Incorporação ao fundo de capital - Rendimentos sobre saldo do fundo (nota 16 (b))	-	4.671	-	(4.671)	-
Incorporação ao fundo de reserva operacional (nota 16 (c))	-	-	181	(181)	-
	7.423	48.758	-	-	56.181

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES - (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, também denominada Fundação OSESP, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, operacional e financeira, instituída por escritura pública, datada de 22 de junho de 2005, e tem por objetivos apoiar, incentivar, assistir, desenvolver e promover a cultura, a educação e a assistência social, cujo funcionamento será regido pelo estatuto social e pela legislação aplicável. Para cumprimento de seus objetivos, a Fundação OSESP poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades: **(a)** Manter a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, assim como contribuir para a manutenção e melhoria do seu padrão de qualidade. **(b)** Criar e manter Academia de Música, fomentando a educação e a cultura, especialmente no que tange à música. **(c)** Realizar eventos e/ou ações educacionais, para adultos, jovens ou crianças. **(d)** Promover a educação, a capacitação e o treinamento de profissionais da área musical. **(e)** Desenvolver programas de incentivo à formação de plateias para crianças e adultos. **(f)** Desenvolver programas de acesso de alunos e docentes das escolas aos ensaios e concertos didáticos da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. **(g)** Desenvolver e aperfeiçoar o Centro de Documentação Musical. **(h)** Defender e conservar o patrimônio histórico e artístico e estimular e promover a produção e a difusão de manifestações de bens culturais e artísticos de valor regional e/ou universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória, bem como que estimulem a liberdade de expressão. **(i)** Fomentar a criação de espaços de expressão e criação artística e intelectual que contribuam para a promoção da cidadania, do acesso à música e às artes em geral. **(j)** Difundir o repertório sinfônico e de câmara brasileiro. **(k)** Desenvolver ações assistenciais que visem à integração ao mercado de trabalho e a inclusão social por meio de difusão e do ensino da música clássica e erudita. **(l)** Incentivar a participação de regentes e solistas brasileiros com reconhecido mérito artístico. **(m)** Oferecer bolsas e criar prêmios e/ou concursos e outras ações de estímulo relacionadas com seus campos de atuação. **(n)** Difundir a música clássica, disponibilizando e/ou explorando apresentações para exibição por rádio e televisão, edição de obras de compositores brasileiros, gravação de CDs, DVDs e outras mídias, formação de plateias, aperfeiçoamento de instrumentistas, incentivo à colaboração voluntária e atividades afins. **(o)** Estabelecer polo de gravação de música. **(p)** Constituir Fundo de Capital *endowment* e outros, caso necessário, para a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a ser composto de doações, contribuições, recursos governamentais, eventuais excedentes financeiros e outros. **(q)** Difundir e explorar marcas que possuam ou detenham os direitos de exploração, quando para tanto autorizada. **(r)** Apoiar ações e projetos da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, bem como desenvolver campanhas, realizar estudos e pesquisas, divulgar e distribuir informações, dados, trabalhos, documentos, entre outras atividades relacionadas com seus objetivos. **(s)** Apoiar a administração e o gerenciamento de espaços, inclusive negociar e receber por sua utilização por terceiros, quando para tanto autorizada, bem como prestar serviços relacionados aos seus objetivos, podendo também contratar a prestação de serviços de terceiros. **(t)** Colaborar ou participar de programas governamentais ou desenvolvidos por entidades privadas ou da sociedade civil que afetem ou sejam afins às suas áreas de atuação, podendo, inclusive, participar e/ou aceitar assentos em Comitês, Câmaras, Fóruns, Redes e outros, assim como participar de outras práticas jurídicas. **(u)** Realizar quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos necessários ou relacionados ao cumprimento de seu objetivo social.

2. Contrato de gestão: Em 2010 foi firmado o Contrato de Gestão nº 41/2010, com vigência de 01 de novembro de 2010 até 31 de dezembro de 2014. De 2010 a 2014 foram pactuados aportes destinados ao apoio, administração e manutenção da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo e do Complexo Cultural Júlio Prestes/Sala São Paulo nos seguintes valores iniciais: em 2010 aporte (novembro e dezembro) de R\$ 7.167; 2011 aporte anual de R\$ 43.400; 2012 aporte anual de R\$ 53.400; 2013 aporte anual de R\$ 53.000 e 2014 aporte anual de R\$ 53.000. Na tabela abaixo apresentamos os aditivos assinados na vigência do Contrato de Gestão 41/2010, bem como resumimos o escopo de cada um deles.

CG 041/2010 Valor	Data Assinatura	Observações
R\$ 209.966.666,67		
1º aditamento	27/12/2011	Alteração Plano do Trabalho e Metas de 2011
2º aditamento	20/12/2012	Alteração Plano do Trabalho e Metas de 2012
3º aditamento	21/06/2013	Alteração Plano do Trabalho e Metas de 2013 e 2014; incorporação do Festival de Inverno de Campos do Jordão; acréscimo de R\$ 5.000.000,00 Valor Total: R\$ 214.966.666,67
4º aditamento	13/03/2014	Aumento das atividades do FICJ; acréscimo de R\$ 150.000,00 Valor Total: R\$ 215.116.666,67
5º aditamento	09/10/2014	Prorrogação da vigência do CG até 31/10/2015 Acréscimo de R\$ 46.816.667,00 Valor Total: R\$ 261.933.333,67

lado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (I) **Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos. O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos. A provisão para contingências é reconhecida quando a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é possível que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. (m) **Patrimônio líquido:** Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros, antes de 01 de janeiro de 2008, acrescido de parte dos *superávits* apurados em cada exercício, de acordo com as destinações estabelecidas pelo Conselho de Administração.

	2015	2014
5. Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa	11	7
Bancos conta-movimento		
Recursos de lei de incentivo fiscal	10	9.903
Recursos próprios	159	102
Contrato de gestão	8	133
Aplicações financeiras	14.999	8.306
Outras disponibilidades	-	6
	15.187	18.457

As aplicações financeiras estão assim demonstradas:

Origem / Instituição	Aplicação	2015	2014
Recursos próprios			
Banco do Brasil	Fundo de renda fixa	5.055	-
Itaú	Fundo de renda fixa	3.766	6.635
		8.821	6.635

Contrato de gestão		2015	2014
Banco do Brasil	Fundo de renda fixa	1.196	-
Banco do Brasil	CDB	479	22
		1.675	22

Recursos de lei de incentivo fiscal		2015	2014
Banco do Brasil	Fundo de renda fixa	4.503	1.649
		14.999	8.306

6. Recursos financeiros de projetos - Restritos: Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 5.537 (2014 - R\$ 494), registrado em conta-corrente de recursos da lei de incentivo fiscal estava bloqueado pelo Ministério da Cultura, devendo ser desbloqueado integralmente em 2016.

7. Contas a receber:	2015	2014
Permutas	552	527
Bilheteria e assinatura de séries	4.380	4.519
Locações para eventos	824	406
Contas a receber de instituições parceiras	-	10.200
Outras contas a receber (*)	4.652	168
	10.408	15.820

(*) R\$ 4.500 a receber referente ao contrato de patrocínio nº 1.379/2015, firmado com BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, para a realização do projeto "Turnê OSESP 2016".

8. Adiantamentos:	2015	2014
Adiantamento a empregados	925	1.336
Adiantamento a fornecedores (*)	3.248	246
Outros créditos	396	240
	4.569	1.822

(*) R\$ 3.038 referente operação de câmbio antecipado, para pagamento de artistas em 2016.

9. Aplicações financeiras vinculadas:	2015	2014
Origem / Instituição financeira	Aplicação	
Recursos próprios		
Itaú	Fundo de renda fixa	61.146
		61.146

Contrato de gestão		2015	2014
Banco do Brasil	CDB	1.566	16.627
		62.712	68.309

As aplicações financeiras classificadas no realizável a longo prazo são vinculadas às reservas sobre provisões para contingências especificadas na Nota 15 e aos fundos de capital e de reserva operacional especificados nas Notas 16(b) e (c), e podem ser resgatadas a qualquer momento mediante deliberação prévia do Conselho de Administração. A Fundação OSESP mantém aplicação dos recursos de forma segregada, de acordo com os recursos recebidos.

10. Imobilizado:	2015	2014

Recursos próprios	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação-%
Móveis e utensílios	2.097	(1.135)	961	1.024	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.631	(630)	1.001	972	10
Instrumentos musicais	2.505	(1.700)	805	931	10
Equipamentos de informática	1.094	(802)	275	402	20
	7.327	(4.285)	3.042	3.329	

Contrato de gestão		2015	2014		
Móveis e utensílios	292	(261)	30	60	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	77	(68)	9	14	10
Instrumentos musicais	4	(4)	-	-	10
Equipamentos de informática	1	(1)	-	-	20
	374	(335)	39	74	

Total do imobilizado **7.701** **(4.620)** **3.081** **3.403**

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2015	2014
Em 1º de janeiro	3.403	3.141
Aquisições	471	1.041
Depreciação/amortização	(779)	(713)
Baixas	(14)	(66)
Em 31 de dezembro	3.081	3.403

11. Fornecedores e prestadores de serviços:	2015	2014
Fornecedores de serviços	674	398
Permutas	214	94
Fornecedores de materiais	20	74
	908	566

12. Obrigações sociais e tributos:	2015	2014
IRRF sobre folha de pagamento e terceiros	845	785
INSS a recolher sobre serviços de terceiros	156	218
INSS a recolher sobre salários	540	509
FGTS a recolher	344	305
Outros	148	138
	2.033	1.955

13. Adiantamentos de clientes e assinaturas:	2015	2014
Assinatura de séries de concertos	5.675	6.260
Locação para eventos	539	1.011
	6.214	7.271

As assinaturas referem-se a ingressos vendidos antecipadamente, para as séries de Concertos de Temporada do ano seguinte. Tanto a receita das assinaturas de séries quanto a receita de locação para eventos são apropriadas de acordo com a realização dos concertos ou eventos. **14. Recursos de lei de incentivos fiscais:** Correspondem a valores recebidos a título de patrocínio ou doações para execução de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria de Estado da Cultura, acrescidos de rendimentos financeiros, conforme determinação da Lei nº 8.313/01, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura e pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, conforme Lei nº 12.268, que criou o Programa de Ação Cultural. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas na rubrica "Projetos incentivados". Os custos incorridos estão contabilizados, no mesmo montante, nas respectivas rubricas "Despesas". **15. Provisão para contingências e aspectos tributários:** As provisões para contingências foram constituídas com base na análise das informações fornecidas pelos assessores jurídicos, em montante considerado suficiente pela administração da Fundação OSESP para cobrir perdas com as demandas em curso e potenciais, podendo ser assim demonstradas:

	2015	2014
COFINS (a)	15.766	24.821
Encargos sociais sobre direitos autorais conexos e direitos de imagem (b)	-	2.949
Ordem dos Músicos do Brasil e Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de São Paulo (c)	-	4.464
INCRA (d)	462	581
	16.228	32.815
Processos Trabalhistas em andamento	1.233	822
Salário educação, SESC e SEBRAE (e)	13.017	10.261
II, PIS e COFINS sem desembaraço aduaneiro	195	175
Depósitos judiciais - Processos trabalhistas	(1.167)	(492)
Depósitos judiciais - Salário educação	(7.569)	(5.898)
Depósitos judiciais - SESC	(4.539)	(3.538)
Depósitos judiciais - SEBRAE	(908)	(708)
Depósitos judiciais - II, PIS e COFINS sem desembaraço aduaneiro	(195)	(175)
	16.295	33.263
	2015	2014
	33.263	28.500

Saldo inicial

Adições do período

Atualizações monetárias e juros

Depósitos judiciais

Baixas do período (*)

Saldo Final em 31 de dezembro

(*) vide itens (a), (b) e (c): (a) **COFINS:** Refere-se à COFINS calculada sobre as receitas auferidas pela Fundação OSESP, excetuando-se aquelas provenientes de captações de recursos via Lei de Incentivo Fiscal. Em agosto de 2006 foi formulada consulta sobre o tema à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2010, a Fundação recebeu resposta esclarecendo o entendimento da Receita Federal do Brasil. Até o recebimento da resposta a Fundação, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, vinha provisionando apenas o correspondente a COFINS que eventualmente poderia incidir sobre as receitas decorrentes de vendas de ingressos e assinaturas, locação de espaço para eventos, entre outras. A partir do momento do recebimento da resposta da consulta apresentada a Fundação passou a provisionar o correspondente a eventual incidência da COFINS sobre todas as receitas da Fundação exceto quanto às captações de recursos via Lei de Incentivo Fiscal. Até dezembro de 2015, foi registrado o montante de R\$ 3.025 (2014 - R\$ 3.979) como provisão da COFINS. A Fundação OSESP discorda do entendimento da Receita Federal do Brasil quanto a incidências da COFINS sobre as suas receitas, por esse motivo a Fundação ingressou com mandado de segurança que visa o reconhecimento, por parte do poder judiciário, quanto a isenção da Fundação em relação a COFINS na totalidade das suas receitas. Em primeira instância foi concedida a segurança, tendo sido reconhecida a isenção da Fundação quanto a COFINS na totalidade de suas receitas. Em novembro de 2010 a Fazenda Nacional apresentou recurso visando a reforma da sentença de primeira instância. Em 2015 a sentença de primeira instância foi reformada, tendo sido provido o recurso da Receita Federal do Brasil. A Fundação OSESP apresentou embargos de declaração visando esclarecer omissões do acórdão. Atualmente os embargos de declaração aguardam decisão. Em 2015 foi constatada pelos assessores jurídicos da Fundação OSESP a decadência do direito de cobrança dos montantes provisionados a título de COFINS relativos aos anos de 2005 a 2009 no valor de R\$ 12.110 e consequentemente reavaliada a necessidade da provisão. Por esse motivo foi realizada a reversão desses valores na rubrica "Recuperação de créditos, despesas ou custos". (b) **Encargos sociais sobre direitos autorais conexos e direitos de imagem:** Refere-se ao valor dos encargos sociais (férias, 13º salário, INSS, FGTS e PIS) calculados sobre o montante pago aos músicos a título de direitos autorais conexos e direitos de imagem. A Fundação OSESP entende que estes pagamentos são de natureza civil e não salarial. Em 2015 os assessores jurídicos da Fundação OSESP alteraram a avaliação de risco dessa contingência para "risco pequeno", entendendo desta forma como risco remoto, e por esse motivo foi realizada a reversão da provisão no valor de R\$ 2.949, na rubrica "Recuperação de créditos, despesas ou custos". (c) **Ordem dos Músicos do Brasil e Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de São Paulo:** Corresponde a um encargo de 10% sobre o valor do contrato com músicos estrangeiros portadores de visto temporário, pleiteado mediante notificação extrajudicial pela Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) e Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de São Paulo. A Fundação OSESP no intuito de discutir a legalidade desta cobrança impetrou mandado de segurança em face da OMB e do Sindicato dos Músicos, obtendo em primeira instância sentença favorável quanto ao seu pedido. Em 2015 foram interpostos recursos em segunda instância. Os quais foram rejeitados e a decisão favorável à Fundação OSESP foi mantida. Em decorrência dessa nova decisão e da atual jurisprudência, os assessores jurídicos da Fundação OSESP alteraram a classificação de risco dessa contingência para "risco de perda remota", por esse motivo foi realizada a reversão da provisão no valor de R\$ 4.464, na rubrica "Recuperação de créditos, despesas ou custos". (d) **INCRA:** Refere-se à contribuição destinada ao INCRA, correspondente ao valor de 0,2% sobre a folha de salários. A Fundação OSESP impetrou mandado de segurança, que foi julgado procedente, convalidando a medida liminar que suspendeu a exigibilidade das contribuições destinadas ao INCRA. Os impetrados interuseram recurso de apelação, tendo o Tribunal reformado a sentença de primeira instância. A Fundação OSESP interpôs recurso especial e extraordinário. (e) **Salário-educação, SESC e SEBRAE:** Refere-se a encargos incidentes sobre a folha de salários. Em 2006, a Fundação OSESP impetrou dois mandados de segurança, para declarar a inexigibilidade dos referidos encargos. O mandado de segurança referente ao salário-educação foi julgado procedente em primeira instância. O mandado de segurança referente ao SESC e SEBRAE foi julgado improcedente em primeira instância. Ambos obtiveram decisões desfavoráveis à Fundação OSESP na segunda instância. A Fundação OSESP interpôs recursos especial e extraordinário visando reverter a decisão de segunda instância em ambos os casos. Do início das atividades da Fundação OSESP até abril de 2005, os recolhimentos dos encargos salário-educação, SESC e SEBRAE foram efetuados. A partir de maio de 2009 a Fundação OSESP passou a efetuar os depósitos judiciais referentes a esses encargos, sendo que os depósitos judiciais e atualização monetária totalizaram R\$ 12.374 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 10.144 em 31 de dezembro de 2014). (f) **Outras informações relevantes (Não provisionadas):** (i) **CSLL:** Quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não foi efetuado qualquer provisionamento, pois a Fundação e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os *superávits* da Fundação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do *superávit* ao lucro. (ii) **Imunidade tributária a impostos:** A Fundação OSESP, em observância aos seus objetivos institucionais, desenvolve dentre suas atividades a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. Por fim, a direção da Fundação, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a Fundação atende também aos requisitos previstos nos parágrafos 2º e 3º do artigo 12 da Lei nº 9.532, de 1997, combinado com o artigo 34 da Lei nº 10.637, de 2002. (iii) **Reclamações trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2015, a Fundação OSESP figurava como reclamada em 16 (dezesseis) reclamações trabalhistas, cujos valores estimados dos pedidos totalizam R\$ 5.106. (2014 - R\$ 5.348). Dentre as reclamações trabalhistas ajuizadas quatro foram classificadas pela administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de perda provável, com o valor da atual condenação (ainda pendente de julgamento de recurso) provisionado perfazendo o montante de R\$ 1.167 (2014 - R\$ 822), o valor de R\$ 1.167 já está depositado (2014 - R\$ 492). Das reclamações restantes, sete foram classificadas como de perda possível e cinco como perda remota, não sendo provisionadas. (iv) **ISSQN:** Refere-se ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), calculado sobre as receitas auferidas pela Fundação OSESP em 2006, 2007 e 2008. Em 2011, 2012 e 2013 a Fundação OSESP foi atuada pela Prefeitura do Município de São Paulo, quanto aos exercícios de 2006, 2007 e 2008. Até a data de fechamento das presentes demonstrações contábeis não ocorreu autuação referente aos anos de 2009 e 2010, portanto os eventuais valores devidos a título de ISSQN para os anos de 2009 e 2010 não podem mais ser cobrados (decadência). A Fundação OSESP discorda do entendimento da Prefeitura do Município de São Paulo quanto a incidências do ISSQN sobre suas receitas, por esse motivo a Fundação contesta administrativamente as autuações. Os assessores jurídicos da Fundação OSESP classificam as chances de êxito na contestação administrativa e judicial da incidência do ISSQN como possíveis. Em 2015 foi editada norma municipal (Decreto 56.302) isentando de ISSQN os repasses recebidos por organizações sociais decorrentes da celebração de contratos

de gestão, inclusive anistiando eventuais autuações passadas que tivessem como fato gerador repasses via contratos de gestão. Por esse motivo a administração com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os valores discutidos na esfera administrativa relativos aos repasses efetuados pela Secretaria de Estado da Cultura em 2006, 2007 e 2008 não são mais passíveis de cobrança por parte do Fisco Municipal. Os valores das autuações com juros e multas, atualizado em 31 de dezembro de 2015, perfazem o total de R\$ 30.991 (2014 - R\$ 28.979). (v) **Cota Patronal - RAT:** Refere-se a mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da cota patronal e da contribuição do RAT, previstas nos incisos I e II da Lei nº 8.222/91, sobre verbas indenizatórias pagas pela Fundação OSESP a seus funcionários, a seguir enumeradas: Auxílio Acidente, Auxílio Doença nos primeiros 15 dias, Salário Maternidade, Horas Extras (adicional indenizatório), Aviso Prévio Indenizado, 13º salário sobre o aviso prévio indenizado, e adicional de 1/3 de férias e abono pecuniário. O valor atualizado envolvido na presente demanda é de R\$ 1.696 (2014 - R\$ 1.560). **16. Patrimônio líquido: (a) Patrimônio social:** O patrimônio social da Fundação OSESP foi inicialmente constituído pela dotação de R\$ 41, conforme escritura pública, datada de 22 de junho de 2005. Este valor está contabilizado na conta "Patrimônio social" que acumula, além da dotação inicial, valores representativos de doações recebidas em dinheiro e bens materiais, até 2008, e parcelas de *superávits* de exercícios anteriores, conforme deliberação do Conselho de Administração, em cada oportunidade. (b) **Fundo de capital:** O fundo de capital atende ao disposto no Estatuto da Fundação (artigo 4º, item "p"): "Constituir Fundo de Capital *endowment* e outros, caso necessário, para a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a ser composto por doações, contribuições, recursos governamentais, eventuais excedentes financeiros e outros;" (Nota 1(p)) e nos Anexos Técnicos I - 2015 e 2014 do Contrato de Gestão. "A Fundação criará e manterá um fundo de capital que será composto por 3% de todas as receitas líquidas (deduzindo impostos e contribuições), excetuando-se aquelas provenientes de captação de recursos via Leis de Incentivo Fiscal e repasses do Contrato de Gestão", adicionados aos rendimentos obtidos pelo recursos aplicados mensalmente (Vide Nota 9). No exercício de 2015 foi destinado para aumento do fundo de capital - *endowment*, o montante de R\$16.118 (2014 - R\$4.015), dos quais R\$250 referem-se a doações recebidas, R\$6.477 relativo ao *superávit* acumulado de exercícios anteriores (ambos destinados em outubro), R\$6.867 relativo ao *superávit* do exercício de 2015 e R\$2.524 referente à desconstituição do fundo de reserva operacional. O valor total da destinação ao fundo de capital em 2015 inclui o montante de R\$807 referente aos 3% sobre as receitas líquidas de competência até outubro (2014 - R\$839) e R\$3.683 referente aos rendimentos sobre os recursos aplicados de competência até outubro. (c) **Fundo de reserva operacional:** O fundo de reserva operacional foi constituído para fazer face a eventuais *déficits* e despesas não recorrentes. Em 27 de julho de 2015, na 36ª reunião ordinária do Conselho de Administração, o fundo de reserva operacional foi desconstituído por decisão do Conselho de Administração, tendo sido, ao final do exercício, integralmente transferido para fundo de capital. (d) **Hipótese de extinção:** A Fundação OSESP poderá ser extinta por deliberação do Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para este propósito e mediante o voto favorável de, pelo menos, dois terços de seus membros, nos termos do estatuto social. Nesse caso, o patrimônio, os legados ou as doações, que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, à escolha do Conselho de Administração, deverão ser transferidos à entidade qualificada como Organização Social no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

17. Instrumentos financeiros:	2015	2014
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito	20.724	18.951
Contas a receber	10.408	15.820
Outros créditos	4.595	1.851
Aplicação financeira vinculada	62.712	68.345
	98.439	104.937

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	2015	2014
Fornecedores	909	566
Impostos e contribuições a recolher	2.033	1.955
Provisões de férias e encargos sociais	2.969	3.753
Créditos de projetos a incorrer e outros passivos	13.185	7.830
Recursos de lei de incentivos fiscais	10.050	12.046
	29.146	26.150

(a) **Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Fundação opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. (b) **Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando-se a sua natureza e seus prazos de vencimento. As aplicações financeiras vêm sendo mantidas em fundos de renda fixa e CDBs, os quais refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. (c) **Risco de crédito:** Vide nota explicativa nº 7. (d) **Derivativos:** Durante os anos de 2015 e de 2014, a Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos.

18. Despesas com pessoal:	2015	2014
Remunerações	33.662	33.244
Encargos sociais	11.693	12.149
Direitos de imagem/direitos autorais conexos e ajuda de custo	1.759	1.705
Benefícios	5.307	5.008
Estagiários e aprendizes	628	557
Demais despesas	73	82
	53.122	52.745

19. Custos de apresentações:	2015	2014
Artistas convidados (*)	9.875	9.927
Produção	2.789	5.511
Viagens	5.859	6.877
Partituras	915	760
Outras	108	93
	19.546	23.168

(*) Regentes, solistas e músicos - extras convidados para apresentações específicas da orquestra e do coro.

20. Despesas gerais e administrativas:	2015	2014
Serviços profissionais (assessoria jurídica, consultoria e outros)	1.560	2.462
Manutenção	7.296	5.791
Comunicação	129	109
Informática	358	420
Despesas de viagem	194	130
Materiais de consumo	356	487
Seguros contratados	106	109
Voluntários (conselheiros e outros)	894	17
Despesas legais	985	290
Serviços postais, taxi, condução e estacionamento	336	374
Outras	281	572
	12.495	10.761

21. Despesas de divulgação e comercialização:	2015	2014
Veiculação	4.887	4.155
Criação de materiais	154	152
Produção de materiais	676	1.000
Outras	1.615	782
	7.332	6.089

22. Seguros: A Fundação adota a política de contratar cobertura

Aos Administradores, Diretores e Conselheiros da **Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo**: 1. Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo ("Fundação") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nesta data, assim como o resumo das políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** 2. A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** 3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstra-

ções financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes. 4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. 5. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria in-

clui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** 6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.
PricewaterhouseCoopers Estela Maris Vieira de Souza
 Auditores Independentes Contadora
 CRC 2SP000160/O-5 CRC 1RS046957/O-3 "S" SP



RESUMO DAS ATIVIDADES

O quadro resumo abaixo visa demonstrar as atividades desenvolvidas pela Fundação OSESP e seus corpos artísticos, durante o ano de 2015, na vigência do contrato de gestão 41/2010 (janeiro a outubro) e do contrato de gestão 01/2015 (novembro e dezembro), em cada um dos grupos de atividades. Vale ressaltar que as metas dos dois contratos não são exatamente iguais e alguns ajustes foram necessários para permitir uma melhor visualização no agregado do ano de 2015.

ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO 2015 - Contempla os Contratos 041/2010 (Janeiro a Outubro) e 01/2015 (Novembro e Dezembro)

Atividades de Difusão e Público - SP/Capital	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Concertos Sinfônicos da OSESP na Sala São Paulo - Temporada 2015	108	90	18	108
Concertos do Coro da OSESP com Orquestra na Sala São Paulo	24	21	3	24
Público dos concertos sinfônicos da OSESP na Sala São Paulo - Temporada 2015	104.933	113.377	22.824	136.201
Concertos gratuitos ou a preços populares com a OSESP na Sala São Paulo	13	14	-	14
Público dos concertos gratuitos ou a preços populares com a OSESP na Sala São Paulo	10.829	17.581	-	17.581
Concertos do Coro da OSESP na Sala São Paulo - Temporada 2015	5	4	1	5
Público dos concertos do Coro da OSESP na Sala São Paulo - Temporada 2015	1.854	1.780	518	2.298
Concertos do Coro da OSESP gratuitos ou a preços populares	14	5	10	15
Público dos concertos do Coro da OSESP gratuitos ou a preços populares	3.360	2.139	2.521	4.660
Concertos de Grupos de Câmara formados por integrantes da OSESP na Sala São Paulo - Temporada 2015	20	17	4	21
Público dos concertos de Grupos de Câmara formados por integrantes da OSESP na Sala São Paulo - Temporada 2015	4.800	3.940	915	4.855
Concertos gratuitos ou a preços populares com conjuntos camerísticos ou orquestras convidadas na Sala São Paulo	18	18	5	23
Público dos concertos gratuitos ou a preços populares com conjuntos camerísticos ou orquestras convidadas na Sala São Paulo	12.492	20.250	5.175	25.425
Recitais na Sala São Paulo	6	6	1	7
Público dos recitais na Sala São Paulo	2.346	3.299	446	3.745
Atividades de Difusão e Público - SP Capital (Participação na Virada Cultural Municipal)	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Concerto da OSESP na Virada Cultural Municipal	1	1	-	1
Público do concerto da OSESP na Virada Cultural Municipal	833	1.287	-	1.287
Atividades de Difusão e Público - SP Interior e Litoral	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Concertos gratuitos ou a preços populares com a OSESP - SP Interior e Litoral	4	4	-	4
Público dos concertos gratuitos ou a preços populares com a OSESP - SP Interior e Litoral	1.680	2.887	-	2.887
Concertos ao Ar Livre	1	-	1	1
Público dos concertos ao Ar Livre	10.000	-	12.000	12.000
Concertos do Coro da OSESP - SP Interior e Litoral	16	16	-	16
Público dos concertos do Coro da OSESP - SP Interior e Litoral	3.840	7.056	-	7.056
Atividades de Difusão e Público - SP Interior e Litoral (Participação na Virada Cultural Estadual)	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Concertos da OSESP ou Grupos de Câmara da OSESP na Virada Cultural Estadual	1	1	-	1
Público dos concertos da OSESP na Virada Cultural Estadual	780	250	-	250
Concerto do Coro da OSESP na Virada Cultural Estadual	1	1	-	1
Público dos concertos do Coro da OSESP na Virada Cultural Estadual	350	230	-	230
Atividades Educacionais de Formação - SP Capital	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Ensaio e/ou concertos didáticos	63	66	7	73
Atividades Musicais com Alunos - Grupos Reduzidos	21	20	8	28
Treinamento de Professores - Número de vagas disponibilizadas	1.000	1.034	-	1.034
Programas Educacionais - Nº de vagas disponibilizadas para alunos vindos de escolas de SP Capital	60.000	79.794	9.111	88.905
Cursos Falando de Música na Sala São Paulo	108	90	18	108
Academia de Música da OSESP - Número de alunos treinados	15	18	18	18
Coro Acadêmico da OSESP - Número de alunos treinados	15	20	19	19
Masterclasses com solistas convidados	10	8	2	10
Funcionamento do CDM para consulta do público - Número de horas	652	804	144	948

Atividades Educacionais de Formação - SP Interior e Litoral	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Programas Educacionais - Número de vagas disponibilizadas para alunos vindos de escolas de SP Interior e Litoral	1.550	11.430	1.531	12.961
Convidados	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Regentes Convidados	21	23	8	31
Solistas Convidados	44	47	7	54
Difusão Rádio / TV / Internet / Publicações	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Concertos Disponibilizados - TV Pública	10	8	2	10
Concertos Disponibilizados - Rádio Pública	36	32	6	38
Podcast/Mídias OnLine - Programação variada	240	267	108	375
Podcast/Mídias OnLine - Obras completas	120	98	39	137
Obras gravadas para lançamento em CD	4	4	-	4
Número de minutos de obras gravadas	110	118	-	118
Edição de Partituras	8	6	5	11
Encomenda de obras inéditas para orquestra	2	2	-	2
Encomenda de obras inéditas para grupos de câmara	1	2	-	2
Execução de obras inéditas	5	6	1	7
Qualidade dos Serviços Prestados	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Satisfação com os Concertos da OSESP	80%	89%	-	89%
Satisfação com as instalações do Complexo Cultural Júlio Prestes / Sala São Paulo	80%	92%	-	92%
Satisfação com as apresentações do Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão	60%	93%	-	93%
Captação de Recursos	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Receitas Próprias captadas pela Fundação OSESP em relação ao Contrato de Gestão	50,0%	129,7%	175,8%	136,1%
Total a ser captado	R\$ 18.280	R\$ 40.552	R\$ 8.788	R\$ 49.340
Total a ser captado - Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão	R\$ 2.500	R\$ 2.848	-	R\$ 2.848
Atividades de Formação - Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão	Meta CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Nº de alunos - Bolsistas	146	149	-	149
Ensaio Instrumentistas - Orquestra do Festival	15	15	-	15
Ensaio Instrumentistas - Recitais	30	93	-	93
Ensaio com orquestra - Regência	2	15	-	15
Aulas de Instrumento para alunos do Festival	1.012	1.559	-	1.559
Aulas - Regência	15	15	-	15
Apresentações da Orquestra do Festival	6	6	-	6
Apresentações de Recitais - Professores com Bolsistas	11	17	-	17
Apresentações conduzidas pela Classe de Regência	1	2	-	2
Masterclasses/Palestras	9	10	-	10
Atividades de Performance - Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão	Atividade CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Captação de Recursos a partir de R\$ 2.500.001,00 até R\$ 3.000.000,00				
Apresentações - Teatros - Orquestras Convidadas	4	12	-	12
Apresentações - Ar Livre - Orquestras Convidadas	-	8	-	8
Apresentações Orquestra Sinfônica ou Orquestra de Câmara da OSESP - Teatros	2	2	-	2
Apresentações Câmara	8	30	-	30
Apresentações Coral	1	1	-	1
Nº de Orquestras Sinfônicas Convidadas	4	17	-	17
Nº de Grupos de Câmara	6	18	-	18
Atividades Educacionais de Formação - Festival Coral	Atividade CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Alunos - Curso de Regência Coral	6	6	-	6
Alunos - Curso de Canto Coral	50	50	-	50
Aulas - Curso de Regência Coral	16	16,5	-	16,5
Aulas - Curso de Canto Coral	30	41	-	41
Apresentações do Coral do Festival	1	1	-	1
Atividades de Performance - Festival Coral - Captação a partir de R\$ 600.000,00	Atividade CG 041/2010 + CG 01/2015	Realizado até Outubro	Realizado Novembro e Dezembro	Realizado 2015
Nº de apresentações	4	7	-	7
Grupos convidados - Festival Coral	4	7	-	7
Apresentações - Coros OSESP	1	1	-	1

CUMPRIMENTO DE METAS

No período Janeiro a Outubro, as metas contratadas foram atingidas na sua totalidade, de acordo com os critérios de avaliação geral do Contrato de Gestão 041/2010 - anexo I. No período de nov/dez, as 18 metas de produto (atividades) foram cumpridas. Das 11 metas de resultado, apenas uma não atingiu 100% do contratado e está justificada a seguir: i. Público dos concertos de Grupos de Câmara formados por integrantes da OSESP na Sala São Paulo. Meta: 1050 / Realizado: 915 (87%). Essa meta é composta

por 4 concertos realizados em dois locais do Complexo Cultural Júlio Prestes: Sala São Paulo e Sala do Coro. Em apenas um deles, concerto do Quarteto de Cordas da OSESP (realizado em 06/dezembro/2015), devido a fortes chuvas, houve uma quebra inesperada de público. Para este evento, foram distribuídos 369 ingressos (entre vendas e gratuidade), sendo que o comparecimento total foi de 267 pessoas, abaixo da média histórica.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

o Conselho de Administração - **Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo**. Os integrantes efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições estatutárias, tendo examinado: i) o Relatório de Atividades/Relatório de Encerramento do CG 41/2010 (período janeiro a outubro); ii) o Relatório de Atividades do CG 01/2015 (período novembro e dezembro);

iii) o Relatório Anual de Atividades Consolidado (CG 41/2010, CG 01/2015 e demais atividades da Fundação OSESP em 2015); iv) as demonstrações contábeis e financeiras intermediárias na data de 31 de outubro de 2015; e v) as demonstrações contábeis e financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e à vista dos pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentados sem ressalvas,

constataram a exatidão de todos os elementos apreciados, que refletem adequadamente as atividades desenvolvidas no período, a situação e operações patrimoniais, a posição financeira e contábil e as contas em 31 de outubro e anuais da Fundação OSESP, recomendando, assim, que sejam aprovados pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016

Janio Francisco Ferrugem Gomes - Presidente

Manoel Bizarria Guilherme Neto - Conselheiro

Miguel Sampaio Pou - Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Fábio Colletti Barbosa - Presidente do Conselho de Administração

Antônio Carlos Quintella - Vice-Presidente

Marcelo de Oliveira Lopes - Diretor Executivo

Conselheiros

Alberto Goldman
Heitor Martins
Helio Mattar

José Carlos Dias
Lilía Moritz Schwarcz
Manoel Corrêa do Lago

Paulo Cezar C. B. C. de Aragão
Pedro Pullen Parente
Sávio Araújo

CONTADORA

Imaculada Conceição de Souza Oliveira
Contadora Responsável - CRC 1SP219219/O-7